



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

LEI N.é 760/2014 - 03 de setembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A CRIAAO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E D OUTRAS PROVIDENCIAS CORRELATADAS.”

SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 - Fica instituído o sistema de Controle interno nos termos do que dispõe o artigo 31 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar n 101/00 e o Comunicado n 32/2012 da SDG do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 2 - O controle interno do município compreende o plano de organização de todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas, orçamentos e das políticas administrativas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3 - Entende-se Sistema de Controle interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito do Poder Executivo Municipal, que verifica a pertinência e a eficiência de todos os controles setoriais.



GUATAPARÁ

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 4º - O sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitantemente e posterior aos atos administrativos, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas e , em especial, têm as seguintes atribuições:

I - avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados;

II - comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III - comprovar a legalidade dos repasses às entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como, dos direitos e haveres do município;

V - Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional;

VI - em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal;

VII - atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

Art. 5º - As diversas unidades componentes da estrutura organizacional do Poder, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

I - exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos  sua área de atuação, no que tange a atividades especificas ou auxiliares, objetivando a observância  legislação, salvaguardar o patrimnio e a busca da eficiência operacional;

II - exercer o controle em seu nível de competência sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III - exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder executivo Municipal, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV - avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congneres, afetos ao respectivo sistema administrativo, inclusive nos termos a que aduz o parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93;

V - comunicar à unidade de Controle Interno qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 6o - A função de Controlador Interno deverá ser obrigatoriamente preenchida por servidor que possua as qualificações para o exercício, pelo qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Parágrafo nico – O nomeado deverá ser servidor concursado, de reputao ilibada, de bom relacionamento com os demais servidores, portador de boa capacidade de aprendizado, preferentemente com nível superior, que demonstre conhecimento sobre a matéria orçamentária, financeira, contábil e respectiva legislao vigente, além de conhecer os conceitos relacionados ao controle interno.

Art. 7 - é vedada a indicao e nomeao para o exercício de funo ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno de pessoas que tenham sido, nos últimos 05 (cinco) anos:

I – responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva pelos Tribunais de Contas;

II – punidas por decisão da qual não cabia recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimnio público, em qualquer esfera de governo;

III – condenadas em processo por prática de crime contra a Administrao Pública capitulado nos Título II e XI da parte especial do Código Penal Brasileiro, na Lei n. 7.492 de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei n 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 8 - Além dos impedimentos capitulados no artigo anterior é vedado aos servidores com funo nas atividades de Controle Interno exercer atividade político-partidária, assim como patrocinar causa contra Administrao Pública Municipal.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 9º – Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de Controle Interno no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

Parágrafo nico – O servidor público que, por ao ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo  atuação do sistema de controle interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito às responsabilizações administrativa, civil e penal.

Art. 10 - O servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados ao Titular da Unidade de Controle Interno, ao titular da unidade administrativa e ao Tribunal de Contas do Estado, se for o caso.

Art. 11 - Nos termos da legislação, poderão ser contratados especialistas para atender às exigências de trabalho técnico necessárias ao processo de implantação e implementação do Sistema de Controle Interno.

Art. 12 - As despesas da Unidade de Controle Interno correrão à conta de dotações próprias fixadas anualmente no Orçamento Fiscal do Município.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS TRÊS DIAS DO MÊS
DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUATORZE.

SAMIR REDONDO SOUTO
Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PROPIO ARQUIVADO JUNTO 
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAO E FINANÇAS E
PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAO EM VIGOR.

WELITON FERNANDO VERONEZI
Secretário Municipal de Administrao e Finanças

